



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 231/2015

Define o reajuste para o servidor público estadual do Poder Executivo e dá outras providências.

AUTOR: Governador do Estado – Ricardo Coutinho.

RELATOR(A): Jeová Campos (Substituído na relatoria pelo dep. Gervásio Maia)

P A R E C E R Nº 002/2015

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer a Mensagem nº 002, de 02 de fevereiro de 2015 (**Medida Provisória nº 231/2015**), da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ricardo Vieira Coutinho, a qual "*Define o reajuste para o servidor público estadual do Poder Executivo e dá outras providências*".

A matéria constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro do corrente ano.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A Medida Provisória em exame, de iniciativa do Governador do Estado, define o reajuste, em 1% (um por cento), para o servidor público estadual estatutário ocupante de cargo ou emprego público de provimento efetivo, para os estáveis por força do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e aos soldos dos servidores militares, em cumprimento à data-base dos servidores públicos estaduais, estipulada para o dia 1º de janeiro de cada ano.

Na Mensagem Governamental nº 002, datada de 02 de fevereiro de 2015, que encaminha a MP, esclarece sua Excelência que o tema ora versado, por si só, já indica a relevância da matéria, por propor reajuste salarial para todos os servidores públicos estatutários do Executivo estadual. Demonstra igualmente o requisito da urgência, explicando que, para que se possa aplicar o reajuste no mês de janeiro, não é possível por meio do processo legislativo ordinário, só por meio de Medida Provisória.

Nesse contexto, vale mencionar o seguinte ensinamento do renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello sobre o pressuposto da urgência:

*"(...) mesmo que a palavra contenha em si algum teor de fluidez, qualquer pessoa entenderá que só é urgente o que tem de ser enfrentado imediatamente, o que não pode aguardar o decurso do tempo, caso contrário o benefício pretendido inalcançável ou o dano que se quer evitar consumir-se-á ou, no mínimo existirão sérios riscos de que sobrevenham efeitos desastrosos em caso de demora."*¹

Assim, constata-se que estão presentes nesta MP os pressupostos constitucionais da relevância e urgência exigidos para as medidas provisórias, previstos pelo art. 63, § 3º, da Constituição Estadual.

Destaque-se igualmente que a matéria está embasada no art. 63, § 1º, II, "a" e "c", sendo de iniciativa privativa do Governador do Estado, por tratar de aumento de remuneração e servidores públicos do Estado. Eis a redação dos citados dispositivos:

"Art. 63. (...)

*§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:
II - disponham sobre:*

*a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
(...)*

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 118.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade (...)".

No mais, encontram-se atendidas as exigências do art. 169 da Constituição Federal, o qual, em seu *caput* e § 1º, prevê:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Foram também observados os limites com gastos com pessoal, estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no Capítulo IV Da Despesa Pública Seção II Das Despesas com Pessoal.

Quanto ao mérito, a matéria se mostra oportuna e pertinente. Esclarece o Chefe do Poder Executivo que, em função do momento atual de retração econômica no país, o reajuste realizado foi dentro do possível para não comprometer as finanças do Estado.

Ante todo o exposto, por estarem presentes os pressupostos constitucionais da relevância e urgência, por estar fundamentada no art. 63, § 1º, II, "a" e "c", por observar o art. 169 da Constituição Federal e o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como pelo interesse que encerra, opino pela **ADMISSIBILIDADE** constitucional da **Medida Provisória nº 231/2015**, na sua forma original.

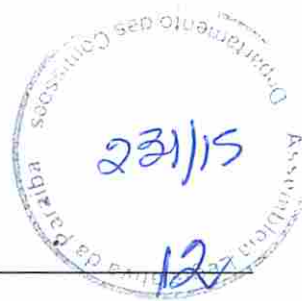
É o voto.

Sala das Comissões, em 10 de março de 2015.


DEP. GERVÁSIO MAIA
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sintonia com o Voto do Senhor Relator, opina pela **ADMISSIBILIDADE** da **Medida Provisória nº 231/2015**, na sua forma original.


É o parecer.


Sala das Comissões, em 10 de março de 2015.

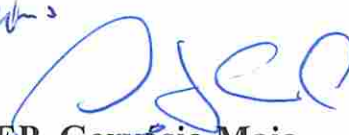
Apreciada Pela Comissão
No Dia 10 / 03 / 15


DEP. Estela Bezerra
Presidente


~~Voto Contrário~~
~~Ao Parecer do Relator~~
~~DEP. Jandunhy Carneiro~~
~~Em,~~
~~Membro~~
~~DEPUTADO~~


DEP. Branco Mendes
Membro


DEP. Jeová Campos
Membro


DEP. Gervásio Maia
Relator

~~Voto Contrário~~
~~Ao Parecer do Relator~~
~~DEP. Manuel Ludgerio~~
~~Em,~~
~~Membro~~
~~DEPUTADO~~


~~Voto Contrário~~
~~Ao Parecer do Relator~~
~~DEP. Camilla Toscano~~
~~Em,~~
~~Membro~~
~~DEPUTADO~~

Can o Relator

Requerido voto como relator